

UNE E FORMALISMO BUROCRÁTICO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 24.03.1981

Os estudantes representados pela UNE estão muito legitimamente querendo ser ouvidos a respeito do sistema universitário brasileiro. Nesse sentido dirigiram um requerimento ao ministro da Educação, o qual, entretanto, recusa-se a aceitar o dialogo com os estudantes. Respondeu indiretamente o requerimento através de uma comunicação aos reitores das universidades, em que foram negadas radicalmente todas as demandas estudantis, e na última semana recusou-se a receber presidente da UNE para uma audiência insistentemente solicitada.

Ao adotar essa forma autoritária de relacionamento com os estudantes, o governo é fiel às suas origens, mas entra em conflito com todo o processo de abertura política. Suas origens são autoritárias e burocráticas. Compreende-se, assim, o formalismo do ministro, que se recusa sequer a mencionar a UNE em seus comunicados e declarações, já que a entidade estudantil é considerada “ilegal”, ou seja, não prevista nos regulamentos burocráticos do Estado brasileiro. Essa postura burocrática, entretanto, além de ridícula pelo seu formalismo, por sua incapacidade de aprender e trabalhar com o real, em nada contribui para a solução da questão universitária no Brasil.

A UNE apresenta duas reivindicações fundamentais às autoridades educacionais. Deseja mais verbas para a educação e propõe a limitação dos reajustes das taxas escolares a cerca de 40%, devendo o Estado subsidiar a diferença entre esse reajuste e a taxa de inflação. Existem outras reivindicações, mas estas são as fundamentais. A primeira traduz um consenso da sociedade brasileira que a UNE se limita a registrar. A drástica redução porcentual das despesas federais com a educação é um dos maiores contra-sensos dos governos após 1964. A segunda reivindicação está relacionada com a primeira e assinala a inconformidade dos estudantes com a política de privatização do ensino superior

desenvolvida nestes últimos dezesseis anos. Essa política aumentou muito o número de vagas do ensino superior, mas virou-o de pernas para o ar. Os estudantes ricos, melhor preparados no primeiro e segundo graus por motivos óbvios, são admitidos nas universidades gratuitas federais e estaduais de nível muito mais elevado do que as escolas privadas, pagas, nas quais os estudantes mais pobres são obrigados a se matricular por não conseguirem vagas nas universidades do Estado.

Com esta segunda reivindicação a UNE pretende, paulatinamente, ir mudando esta situação. As maiores verbas com educação seriam destinadas não apenas a ampliar o ensino primário e secundário e elevar o nível do ensino superior, mas a subsidiar o ensino pago, permitindo que as taxas escolares reduzam-se em termos reais.

Os estudantes brasileiros, depois da noite de trevas iniciada em dezembro de 1968, tiveram um papel importante na definição do pacto social democrático de 1977. Suas manifestações naquele ano foram um dos pontos de partida do processo de abertura política então iniciado. Seguiu-se a reorganização da UNE, cujas reivindicações limitam-se agora aos problemas universitários. Provavelmente voltarão a sair desse limite caso o processo de redemocratização exigido pela sociedade civil se interrompa. Neste quadro, não querer ouvir os estudantes em nome de um formalismo burocrático não faz o menor sentido. É uma omissão indesculpável.(24/03/81)